

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**REQUERIMENTO N° _____, DE 2025**

(Dos Srs. JORGE SOLLA e BACELAR)

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o processo de privatização da Refinaria Landulpho Alves e suas consequências na política de importação de derivados de petróleo.

Senhor Presidente,

Com base no Artigo 24, Inciso III, combinado com o Artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o Plenário desta Comissão, requeremos a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública para discutir o processo de privatização da Refinaria Landulpho Alves e sobre a política de priorizar a importação de derivados de petróleo em detrimento da própria produção na instalação, levada a cabo pela atual operadora.

Sugerimos sejam convidados/as:

- ACELEN – Representante;
- Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – Representante;
- Antônio Carlos Vasconcelos Calmon – Prefeito de São Francisco do Conde (BA);
- Dailton Filho – Prefeito de Madre de Deus (BA);
- Deyvid Bacelar – Coordenador Geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e
- Sindiquímica Bahia – Representante.



JUSTIFICAÇÃO

Em 2021 a sociedade brasileira, em especial a baiana assistiu estarrecida às transações que envolveram a venda da 1ª refinaria do Brasil, a Refinaria Landulpho Alves (RLAM), apesar dos protestos da Federação Única dos Petroleiros, do Sindicato da categoria e de setores da sociedade preocupados com os ataques à soberania nacional.

Esta Comissão realizou uma audiência pública, atendendo a meu requerimento para discutir a venda da RLAM, em maio de 2021 (REQ nº 16/2021), praticada a preço vil, por 50% abaixo do valor de mercado, segundo o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep). Também no ano de 2021, apresentei uma Proposta de Fiscalização e Controle para verificar o processo de venda da RLAM (PFC nº 21/2021, arquivada).

Vendida pela Petrobras para o grupo Mubadala dos Emirados Árabes Unidos, a Refinaria Landulpho Alves (cujo nome homenageia o engenheiro e político baiano que muito lutou pela causa do petróleo no país) agora denominada Refinaria Mataripe é operada pela Acelen, empresa de energia criada pelo grupo comprador.

Com o modelo de gestão adotado pela Acelen, tanto o Estado da Bahia quanto os municípios onde as plantas da Refinaria Landulpho Alves estão instaladas têm acumulado perdas significativas de arrecadação, o que impacta drasticamente a aplicação de recursos nas políticas públicas necessárias à população baiana.

Não bastasse a população baiana pagar os combustíveis mais caros do país por causa da paridade com o preço internacional do barril de petróleo praticada pela Acelen, a multinacional passou a importar derivados e, com isso, fazer as receitas dos municípios e do Estado despencarem.

Nesse sentido, faz-se necessário convidar a empresa para que apresente explicações plausíveis sobre tal prática, bem como representantes do Estado da Bahia, por meio da Secretaria da Fazenda, das prefeituras de São



Francisco do Conde e de Madre de Deus, ambas no Recôncavo Baiano, das entidades representativas de classe, como o Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico e Petroquímico da Bahia (SINDIQUÍMICA) e da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Para que possamos promover esse debate, rogamos o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão, em 17 de junho de 2025.

Deputado Federal **JORGE SOLLÁ**

Deputado Federal **BACELAR**





Requerimento de Audiência Pública

Deputado(s)

- 1 Dep. Jorge Solla (PT/BA) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Bacelar (PV/BA)

